



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

**Embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e
apelação cível nº 296925-7 – Comarca do Recife**

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargada: Lenira Lima de Amorim.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA. IMPOSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE OMISSÃO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração não são cabíveis para a simples rediscussão da matéria. 2. As questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo a sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido. 3. Embargos de declaração à unanimidade improvidos, não se considerando malferidos os arts. 2º; 5º, *caput*; 37, *caput* e XXI; e 196, todos da CF/88, pela fundamentação exposta.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível nº 296925-7, acima referenciados, ACORDAM os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em sessão desta data e à unanimidade, em negar-lhes provimento, nos termos da ementa supra, do voto e da resenha em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 19 de setembro de 2013


Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
2ª Câmara de Direito Público
Salvato Desembargador Ricardo Paes Barreto

206

**Embargos de declaração no recurso de agravo no reexame necessário e apelação cível
nº 296925-7 – Comarca do Recife**

Embargante: Estado de Pernambuco.

Embargada: Lenira Lima de Amorim.

RELATÓRIO

Cuida-se de recurso de embargos de declaração em face de acórdão assim
ementado:

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. FORNECIMENTO GRATUITO DO MEDICAMENTO ACTEMERA (TOCILIZUMABE), DEVIDAMENTE PRESCRITO, INDISPENSÁVEL AO TRATAMENTO DA AGRAVADA, PORTADORA DE ARTRITE REUMATÓIDE. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À VIDA E À SAÚDE. DEVER DO ESTADO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Restando comprovado o acometimento do indivíduo ou de um grupo por determinada moléstia, necessitando de determinado medicamento ou congênere para debelá-la, conforme documentação colacionada aos autos, este deve ser fornecido, de modo a atender ao princípio maior, que é a garantia à vida digna, sem que haja malferimento do princípio constitucional da isonomia, em face da harmonização dos princípios constitucionais. 2. O Poder Judiciário não adentra no mérito administrativo da questão posta, já que sua conduta é direcionada à observância da legalidade, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196. 3. Aplicação da Súmula nº 18 do TJPE. 4. Recurso de agravo improvido. 5. Decisão unânime (RA no RNAC 296925-7, 2CDP, rel. Des. Ricardo Paes Barreto, julgado em 18/07/2013).

Requer o embargante, para fins de prequestionamento, a manifestação expressa acerca da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 2º; 5º, *caput*; 37, *caput* e XXI; e 196, todos da CF/88.

É o relatório.

VOTO

Busca-se nesta sede, para fins de prequestionar a matéria, o pronunciamento explícito a respeito da ocorrência, ou não, de violação aos arts. 2º; 5º, *caput*; 37, *caput* e XXI; e 196, todos da CF/88.

No caso em apreço, a decisão embargada está pautada na reiterada jurisprudência do STJ e do STF, bem como, na medida em que a Constituição assegura o acesso à justiça não se pode falar em mácula ao princípio da separação dos poderes quando o Tribunal reconhece e tutela direitos subjetivos que, ao arrepio da ordem constitucional, não foram observados pelo Estado.

~

Nessa linha, a jurisprudência do STF tem enfatizado, reiteradamente, que o direito fundamental à saúde prevalece sobre os interesses financeiros da Fazenda Pública, a significar que, no confronto de ambos, prestigia-se o primeiro em prejuízo do segundo, porquanto a saúde é um direito garantido pela Carta Magna a todos, conforme proclama o seu art. 196.

Conforme se depreende da leitura do acórdão, as questões suscitadas foram devidamente enfrentadas no aresto embargado, não servindo esta sede aclaratória ao reexame meritório do que já foi decidido, posto que não se presta à simples rediscussão da matéria já amplamente ventilada.

Neste sentido, colaciono jurisprudência do STJ, consoante arestos adiante ementados:

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. ICMS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM PÚBLICA. PREQUESTIONAMENTO. NECESSIDADE. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DE MÉRITO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Hipótese em que o acórdão embargado foi claro ao decidir que não houve prequestionamento do art. 515 do CPC pela instância a quo 2. Só se admite o conhecimento de matéria de ordem pública, mesmo na ausência de prequestionamento, se aberta a instância especial por outra questão, o que não ocorreu in casu. Precedentes do STJ. 3. Os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado para a rediscussão da matéria de mérito. 4. Embargos de Declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 52.437/PR, T1, rel. Min. Herman Benjamin, DJ de 24/04/2012).

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUALQUER DAS HIPÓTESES DO ARTIGO 535 DO CPC. PREQUESTIONAMENTO DE MATÉRIA CONSTITUCIONAL NO ÂMBITO DESTA CORTE. DESNECESSÁRIO. 1. Nos termos do artigo 535 do Código de Processo Civil-CPC, os embargos de declaração são cabíveis para sanar omissão, obscuridade ou contradição, ou ainda para a correção de eventual erro material do julgado, o que não ocorreu. 2. O acórdão embargado dirimiu a lide de forma clara, expressa e fundamentada, conforme se infere da fundamentação transcrita no corpo deste voto. A embargante, ao argumento de ofensa ao dispositivo do Código de Ritos, busca, na verdade, rediscutir decisão que lhe foi desfavorável - no caso a (in)viabilidade de o STJ rever acórdão para afastar ou reduzir a condenação por danos morais, quando o quantum arbitrado não configura desproporcionalidade. A via dos embargos de declaração não se presta para tal propósito. 3. Inexistindo qualquer das hipóteses elencadas no art. 535 do Código de Ritos, devem ser rejeitados os aclaratórios, sob pena de abrir-se a possibilidade de rediscussão da matéria de mérito encartada nos autos e já decidida. 4. Desnecessária a manifestação expressa sobre os dispositivos constitucionais para efeito de prequestionamento. A Suprema Corte considera prequestionada a matéria constitucional pela simples interposição dos embargos declaratórios. 5. Embargos de declaração rejeitados (EDcl no AgRg no AREsp 65.739/RJ, T2, rel. Min. Castro Meira, DJ de 16/03/2012).

Por fim, se há eventual *error in iudicando* por parte do colegiado, este deve ser enfrentado através da interposição de recurso subsequente adequado e em tempo oportuno, não pela estreita via dos presentes aclaratórios, aos quais, por estas razões, nego provimento, não entendendo malferidos os arts. 2º; 5º, *caput*; 37, *caput* e XXI; e 196, todos da CF/88.

É como voto.
Recife, 19 de setembro de 2013

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator